

AS DIFERENTES DINÂMICAS REGIONAIS DENTRO DA ECONOMIA BRASILEIRA: O CASO DO MATO GROSSO DO SUL¹

THE REGIONAL DYNAMIC DIFFERENCES IN BRAZILIAN ECONOMY: THE CASE OF MATO GROSSO DO SUL

Ricardo Luiz Chagas Amorim

Economista do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea).

Doutorando pelo Instituto de Economia da Unicamp.

Pesquisador ligado ao Instituto de Economia da Unicamp e membro da Sociedade Brasileira de Economia Política (SEP). É também autor, com outros pesquisadores, da série *Atlas da exclusão social no Brasil* (Editora Cortez).

Ipea, Brasília, SBS, quadra 1, bloco J, Ed. BNDES

Brasília, DF, CEP 70076-900

E-mail: rlamor@uol.com.br

¹ Este texto é uma versão modificada do artigo publicado em Pochmann et al. (2006). Nesse sentido, o autor agradece os comentários de Marcio Pochmann, Alexandre Guerra, Marcos Oliveira e Alexandre Gori, isentando-os, naturalmente, de quaisquer erros e omissões.

Resumo

O artigo discute a economia brasileira nos transformadores anos 1990 e observa, com base em estudo sobre o Estado de Mato Grosso do Sul, que as dinâmicas nacionais e regionais podem apresentar diferenças fundamentais. Assim, enquanto a primeira tira sua força e pujança da indústria ainda concentrada no centro-sul do território, a outra assenta sua força na agricultura, principalmente para exportação. Destarte, observando as diferentes estruturas produtivas do Brasil como um todo e do estado em tela, percebe-se que uma janela de oportunidade abriu-se em favor da economia local e esta lucrou apenas parcialmente, ampliando sua indústria e tornando mais complexa sua economia. Contudo, o texto alerta para o fato de que essa oportunidade não foi aproveitada dentro de um plano de desenvolvimento local, e, tão logo os preços internacionais caíam, o Estado sofrerá por não ter feito dessa ocasião o estopim de um crescimento de horizonte mais amplo e duradouro. Desse modo, fica a mensagem de que o desenvolvimento regional e seus programas precisam voltar a planejar o longo prazo e aproveitar as brechas que se abrem e fecham o tempo todo no cenário nacional e internacional.

Palavras-chave: Brasil; Mato Grosso do Sul; Crescimento econômico; Setores produtivos; Diferenças regionais.

Abstract

This article discusses about Brazilian economy in the transformers 1990s, using the case of Mato Grosso do Sul to view that the national and regional economic dynamic can be so different. Then, while the first one is pushed by industry sector, concentrated in the center-south of the territory, the second has the economy based in the agriculture, mainly to exportation. In this way, analyzing the different productive structures in Brazil as a whole and the state of Mato Grosso do Sul, it can be seeing that a great opportunity was open in the favor of the state, but this chance was used only a little in amplifying industry and turn more complex the local economy. Nevertheless, this study affirms that window opportunity was not mean advantage inside a development local plan and, quickly international prices of commodities fall, the state will suffer. And the reason for this is that the state did not use this chance to improve its economy planning to achieve a large period of economic increase. Thus, the most important of this study is clarify that the regional development, like its programs and plans, need to be seeing in the long period perspectives to can catch up the opportunities which open and close all the time in national and international scenery.

Keywords: Brazil; Mato Grosso do Sul; Economic increase; Productive sectors; Regional differences.

1

INTRODUÇÃO

A economia brasileira já não é a mesma desde o início dos anos 1990. Alguns dirão que houve progressos e os custos, hoje enfrentados, são naturais a qualquer transição social. Já outros afirmarão que a nova inserção do país no mercado internacional tem obrigado, principalmente os trabalhadores, a suportar um custo desnecessário e, quiçá, injusto. Embora tais opiniões sejam tão opostas, todos concordam que as mudanças vividas pela economia brasileira nos anos 1990 são profundas e vieram para ficar.

É necessário perguntar, então, que mudanças são essas? Quais são suas raízes? Quais são suas conseqüências? E, naturalmente, que Brasil está surgindo delas? Este artigo procura explorar essas questões, trazendo à tona o ambiente construído ao longo desse período de forte transformação da economia brasileira e, principalmente, assinalar o quão diferentes podem ser as dinâmicas regionais de produção e geração de renda, usando para isso o caso do Estado de Mato Grosso do Sul.

A preocupação tem uma razão de ser. Como os principais instrumentos de política econômica, assim como os preços-chave², estão sob cuidado das autoridades e dos órgãos pertencentes à União, os demais entes federativos (Estados e municípios) têm margem muito estreita para realizar esforços que impactem a economia local, a ponto de superar os efeitos da política macroeconômica nacional. Em outras palavras, o rumo econômico induzido pelas autoridades federais forma o pano de fundo sobre o qual se movem as políticas estaduais, e, por isso mesmo, as últimas sofrem efeitos positivos (de reforço) ou negativos (contrários) da primeira, tornando o alcance de suas metas mais fácil ou, no limite, impossível. Todavia, características regionais na estrutura produtiva podem obedecer a sinalizações que permitem uma válvula, uma fuga para a grande macroeconômica nacional. E esse parece ser o caso do Estado de Mato Grosso do Sul. Quiçá, não esteja aqui uma das considerações mais importantes a serem levadas em conta no momento em que se planeja um esforço localizado de desenvolvimento regional: que linha de menor resistência permitirá que a região escape das restrições de caráter nacional, dando fôlego ao crescimento e às ações de desenvolvimento?

Para dar conta dessa tarefa, este estudo está dividido em quatro seções, além desta introdução. Na primeira, são discutidas rapidamente as transformações

2 São eles taxa de câmbio, taxa básica de juros, salário mínimo, preço da energia etc.

sofridas pela economia brasileira nos anos recentes. A segunda, a partir dessas mudanças, analisará a economia sul-mato-grossense, apontando, inclusive, seu movimento diferente em relação à economia nacional. Na terceira seção, o assunto será o comportamento dos diversos setores da economia do Estado, em que ficará evidenciada a estrutura produtiva de Mato Grosso do Sul e seus câmbios. Por fim, alguns comentários finais chamarão atenção para algumas tendências observadas.

2

A ECONOMIA BRASILEIRA EM TRANSFORMAÇÃO

A década de 1980 foi marcada pelo impacto da crise da dívida que tornou insustentável o modelo de desenvolvimento anterior, guia, até então, do crescimento econômico do país. Ali, quando as fontes de financiamento desapareceram, todo o arranjo vivido até então pareceu ruir de uma só vez. Os investimentos entraram em queda e o mercado interno perdeu seu dinamismo. A inflação ganhou espaço, levando a política econômica a perder o longo prazo como horizonte de planejamento e a debruçar-se sobre questões conjunturais e urgentes. Em meio a tudo isso, a demanda efetiva enfraqueceu-se e o vigor industrializante que vinha acompanhando o país desde 1930 perdeu espaço para a expectativa e o ganho no mercado financeiro.

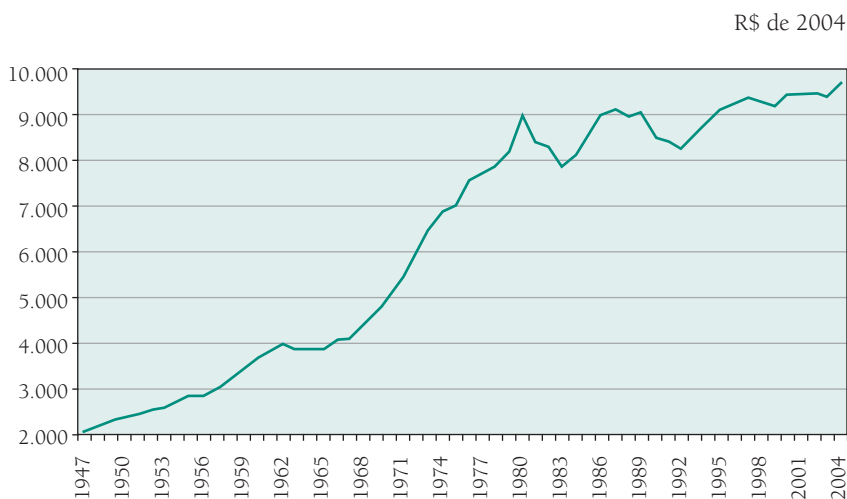
Também o emprego sofreu com a crise. Embora não tenham surgido taxas recordes de desemprego ou a explosão do trabalho informal, típico dos 1990, ainda assim, os setores modernos da economia deixaram de ser absorvedores de mão-de-obra em quantidade significativa, e o mercado de trabalho, mesmo que formado incompletamente, já passou a apresentar sinais de fragilização.

O problema, contudo, não era só econômico. O entendimento da crise dos anos 1980 passa pela percepção de que a construção do moderno Estado brasileiro, a partir de 1930, se deu por meio de uma aliança heterogênea de blocos com poder econômico e/ou político-regional sem que nenhum um deles tivesse força suficiente para converter-se em bloco hegemônico. Essa situação tornou imprescindível o intervencionismo estatal na economia a fim de administrar seus conflitos e manter coesa sua base de sustentação política, mesmo que para isso tivesse de usar a força e o autoritarismo. O resultado foi que o Estado cresceu em ação e função, administrando os conflitos por meio da realização de “fugas para frente”, não só abrindo novas fronteiras que per-

mitissem a continuidade da acumulação, mas também tornando-se, ele mesmo, peça fundamental da valorização do capital. Tudo sob o risco de desfazer o pacto e instabilizar politicamente o país (FIORI, 1989).

Gráfico 1

PIB per capita brasileiro, 1947-2004



Fonte: Ipeadata, 19 jun. 2006.

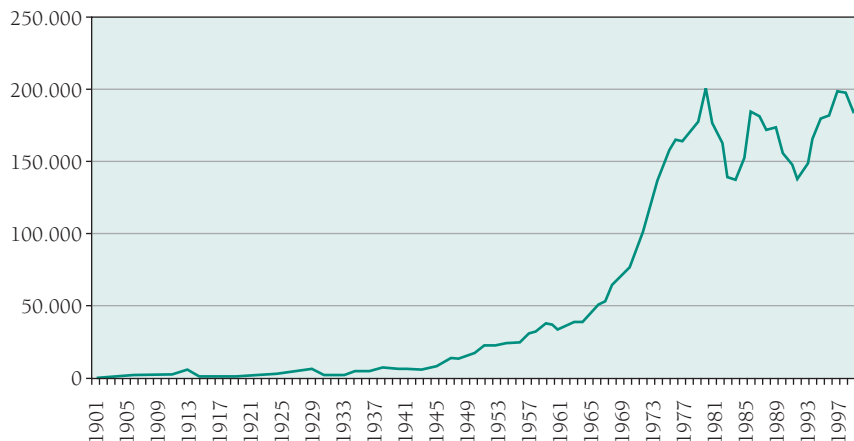
É nesse sentido que a crise da dívida nos anos 1980 exacerba os conflitos num momento em que desapareciam os recursos externos, o Estado estava endividado e internamente não havia nenhum canal de financiamento para continuidade do investimento e dos gastos públicos. Ou seja, a “fuga para frente” tornara-se impossível e o pacto político perdera a capacidade de cooptação, engendrando uma crise política que ensejou uma profunda transformação no Estado em relação à sociedade.

O início dos anos 1980, portanto, marcou o fim de um padrão de acumulação baseado no tripé Estado/capital privado nacional/capital estrangeiro. Quando o primeiro perdeu a capacidade de puxar o crescimento econômico e de planejar boa parte dos movimentos da economia brasileira, os demais

capitais, dada a queda na demanda efetiva, entraram em compasso de espera, aguardando o melhor momento para reiniciar sua expansão. O problema é que o Estado não se recuperou do tombo sofrido, e os diferentes grupos da elite não entraram em acordo sobre qual rumo deviam tomar as ações e os, agora reduzidos, gastos públicos. Essa paralisia no Estado é, segundo Dathein (2006), o motivo da semi-estagnação da economia brasileira iniciada há mais de duas décadas.

Gráfico 2

Brasil: formação bruta de capital fixo, 1901-1997



Fonte: Ipeadata, 19 jun. 2006.

O resultado não poderia ser outro: queda na formação bruta de capital fixo desde o início dos anos 1980, seja público seja privado, e sua oscilação sem caminho de crescimento daí em diante, conforme apontado no Gráfico 2³. Assim, sem investimento, e conseqüentemente sem crescimento econômico, além da desvalorização cambial e de importações mais caras, o mecanismo de correção monetária em vigor aderiu às disputas pelos recursos escassos

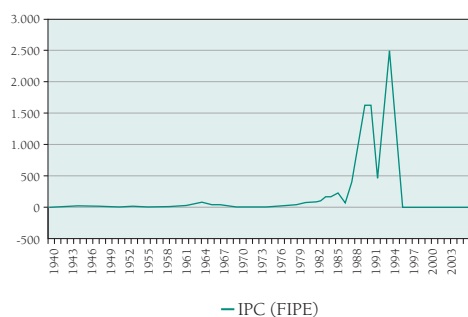
3 Para números interessantes sobre o comportamento dos investimentos públicos e privados, ver Dathein (2006).

do Estado e não tardou a criar o fenômeno da inflação inercial⁴. Este, aliado a componentes expectacionais inquietantes gerados pelos diferentes planos econômicos de estabilização de preços implementados nos anos 1980, fez explodir as taxas de inflação brasileira a valores absolutamente espetaculares (ver Gráfico 3). O Brasil, então, patinava, sobre a urgência de uma inflação em rápida aceleração, queda dos investimentos, crescente atraso tecnológico e, muito grave, deterioração dos serviços públicos.

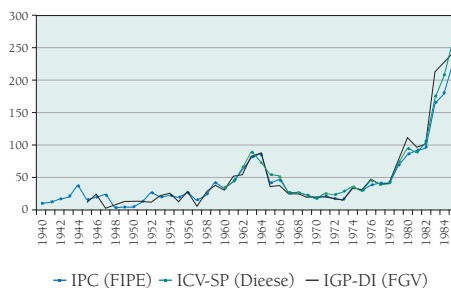
Gráfico 3

Brasil: inflação medida por diferentes indicadores (variação anual em %)

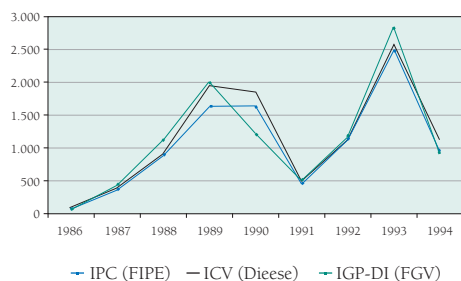
Geral (1940-2005)



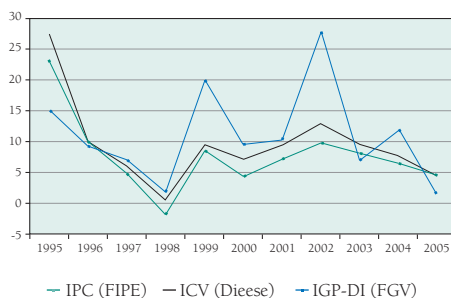
1^o Período (1940-1985): a aceleração



2^o Período (1986-1994): o descontrole



3^o Período (1995-2005): a estabilização



Fonte: Ipeadata, 19 jun. 2006.

4 Para mais detalhes, ver Rego (1986).

Assim, os governos da década de 1980, após os militares entregarem o poder aos civis, se viram forçados a enfrentar questões que, se na sua aparência eram conjunturais, revelavam, na verdade, assuntos graves como a ausência de uma direção, que, impondo perdas a alguns grupos sociais, fizesse o Estado recuperar o comando da economia. Em outras palavras, o “pacto de poder” antigo não mais funcionava, e a “fuga para frente” não era mais possível (FIORI, 1989).

Os problemas gerados pela crise econômica e imobilismo do Estado, dada a crise política de fundo, levaram, no transcorrer da década, a um questionamento feroz e crescente de sua ação. A elevada e crescente taxa de inflação e os planos heterodoxos de estabilização entremeados por políticas econômicas “arroz com feijão” associaram a crise econômica ao intervencionismo estatal e, por esse caminho, ao desenvolvimento patrocinado pelo Estado. Todos os setores incluídos na sociedade pediam mudanças em que o centro era ação intervencionista estatal. O antigo pacto conservador teria de mudar: era necessário que o país voltasse a crescer. Mais: significava, em breve, mudanças em toda a economia.

Porém, enquanto elas não vieram e a economia permaneceu fechada, mesmo com o atraso tecnológico e o baixo investimento, as empresas brasileiras mantiveram sua produção e as cadeias produtivas permaneceram densas, permitindo assim a manutenção do volume de empregos. Logo, se a inflação corroía o rendimento do trabalho, em compensação não eram muitas as vagas de trabalho líquidas fechadas nos diferentes setores da economia.

Os anos 1990, contudo, marcaram uma divisão de águas na economia brasileira. As transformações iniciadas então alteraram profundamente a forma em que se dava a acumulação de capital no país. O antigo tripé Estado/capital nacional/capital estrangeiro, com o Estado constituindo peça essencial no processo de acumulação, sofreu importantes metamorfoses principiadas com a política do presidente recém-eleito Fernando Collor de Mello. Foi sua equipe econômica que apresentou o diagnóstico, segundo o qual a crise brasileira tinha raiz na perda de competitividade da indústria nacional e na instabilidade inflacionária. Assim, um programa combinando pressão sobre as empresas, por meio da competição, e dando estímulos a ganhos de competitividade reordenaria a estrutura industrial do país, resolvendo os problemas de organização industrial. Um plano de estabilização de preços resolveria a instabilidade inflacionária.

O plano para estabilização de preços, bem conhecido, diagnosticava como causa da inflação o excesso de liquidez na economia e a incapacidade do governo em conter a expansão da oferta de moeda (BACHA, 1997). Assim foi que, mais uma vez, um governo congelou preços, só que agora acrescentou algo inédito: congelou por 18 meses 75% dos valores depositados em aplica-

ções de curto prazo (TEIXEIRA, 1993). Todavia, o impacto do primeiro momento logo cedeu lugar ao aumento rápido da liquidez, ao fracasso do plano e ao retorno da inflação em moldes muito semelhantes ao período pré-plano.

Mais importante, contudo, foi a ação sobre a estrutura produtiva, por meio de duas políticas: a *política de* (incentivo à) *competição* e a *política de* (incentivo à) *competitividade*. A primeira tinha como principais itens: a desregulamentação de várias atividades econômicas, a abertura comercial, financeira e de investimentos diretos, as privatizações em grande escala de empresas sob controle do governo⁵ e o fim dos controles de preços e processos (índices de nacionalização). Em outras palavras, liberalização crescente da economia do país. Já a segunda, voltada para elevação da competitividade do parque produtivo nacional, não se constituiu para além de uma carta de intenções. Nela figuravam a criação de capacidade de inovação tecnológica interna, o desenvolvimento do mercado de capitais etc. (ERBER, 1992).

Tais mudanças, de clara opção liberalizante, abriram as portas para a transformação da indústria nacional. Porém, as críticas às escolhas feitas são muitas⁶, mas a principal parece assentar-se em dois fatos: não levar em consideração o tamanho da economia brasileira em relação ao comércio exterior e, mais grave, não atentar para a inconsistência em termos temporais da atuação das duas políticas, de competição e de competitividade. Enquanto os instrumentos da primeira atuam rapidamente (abertura comercial e financeira, por exemplo), a segunda exige, no mínimo, a maturação dos investimentos em inovação.

Com todo esse quadro, não poderia a estrutura produtiva e de trocas da economia permanecer no padrão anterior. O princípio do processo de abertura econômica sem a devida calibragem por setor, os efeitos de um contexto recessivo, a alta taxa de juros e o declínio do gasto e da oferta de bens públicos conduziram certamente a problemas traduzidos na forte queda na formação bruta de capital fixo no início da década (ver Gráfico 2).

Como resultado, a indústria de capital nacional tecnologicamente não saiu do lugar em meio às aceleradas inovações na produção que aconteciam no exterior (COUTINHO, 1992). A “mudança” da indústria no período foi, na verdade, seu enfraquecimento por meio de: a) cenários instáveis; b) abertura comercial pressionando margens de lucro para baixo; c) perda crescente

5 Esse programa de privatizações tinha papel importante no ajuste fiscal do governo e abrangia os setores estatais que constituíram a base da expansão produtiva do Estado no pós-guerra (cf. PRADO, 1993).

6 Para mais detalhes e críticas, ver o interessante artigo de Fabio Erber (1992), escrito ainda no calor dos acontecimentos.

de dinamismo próprio com o enfraquecimento da indústria de bens de capital; d) incapacidade de criar/copiar tecnologia equivalente aos dos países da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE); e) ausência de instrumentos adequados de financiamento de longo prazo; f) exigência crescente de qualidade; g) reestruturação organizacional nas principais empresas (estas talvez fortalecidas); e, muito importante, h) redução do número de postos de trabalho.

Mas havia mais. Ante tudo isso e sob várias acusações e falta de apoio, Collor não terminou seu mandato. A transição até a próxima eleição foi conduzida pelo vice-presidente Itamar Franco. Foi ele quem deu a partida para mais um plano de controle inflacionário, porém agora aprofundando as reformas liberalizantes iniciadas pelo presidente deposto.

Não é preciso explorar aqui a idéia dos economistas do governo de gerar uma hiperinflação controlada e restrita à moeda corrente, de modo a criar, brevemente, uma rejeição dessa moeda como reserva de valor e unidade de conta, transferindo para um indexador essas funções⁷. A forma de superar o desalinhamento de preços e as remarcações constantes é realmente muito interessante e eficaz. O problema é que para conseguir isso é preciso uma âncora para que todos os preços se realinhem e não se perca o controle da hiperinflação artificial. Para sorte dos economistas do governo, a reinserção do país nos fluxos internacionais de capital, com entrada significativa de recursos, deu a eles o instrumento necessário para criar uma âncora baseada no dólar americano. A partir daí, a história é bem conhecida com a criação do indexador URV vinculado ao valor diário do dólar, o alinhamento dos preços em URV e, por fim, a criação da nova moeda com o padrão uma URV igual a um real.

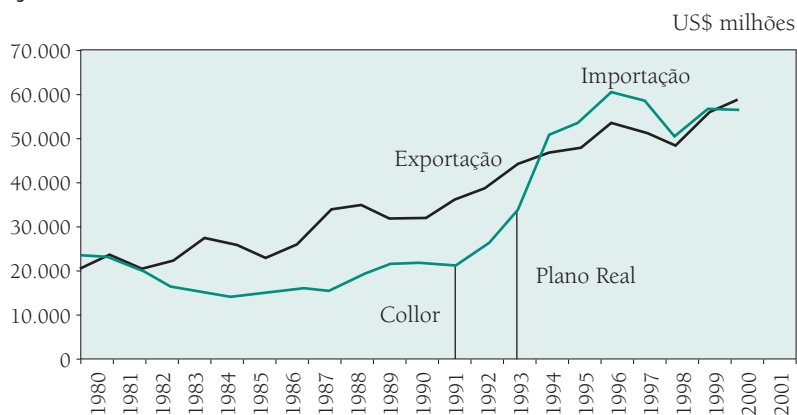
Mais importante para o estudo em tela, no entanto, foi a forma utilizada para manter a inflação em real em níveis baixos e evitar o retorno dos movimentos inerciais nos preços após a criação da nova moeda. Artigos dos criadores do Plano Real (cf. RESENDE, 1992) levam a crer que, para eles, a moeda superindexada tem por objetivo único a quebra do movimento inercial da inflação, e que tanto a consolidação da estabilização quanto o crescimento da renda dependeriam de outros fatores estruturantes da economia, principalmente da redefinição do papel do Estado. Mais do que isso, a história conhecida dos anos 1990 aponta para o fato de que as reformas pretendidas após a implementação da nova moeda passariam necessariamente por medidas de corte neoliberal, reforçando o movimento iniciado por Collor de Mello.

7 O diagnóstico afirmava que a inflação brasileira era iminentemente inercial. Para uma discussão sobre o tema, ver Rego (1986) e Paulani (1997).

Tanto assim que Batista Jr. (1996) e Tavares (1997) observam com precisão que o Plano Real tinha seus trunfos, na verdade, localizados na agora abundante liquidez internacional⁸ e na abertura econômica. Isto é, a queda da inflação e sua manutenção se sustentariam na combinação de desindexação, congelamento de tarifas públicas e da abertura para o setor externo. O mecanismo era simples: *abrir o país a importação, forçando a quebra da antiga regra de formação de preços*. Para reforçar esse expediente, o governo deixou que a taxa real de câmbio valorizasse, atingindo surpreendentes 0,84 centavos por dólar⁹. O resultado foi imediato, o saldo superavitário na balança comercial de mais US\$ 10 bilhões em 1994 reverteu-se para um déficit de mais US\$ 3 bilhões no ano seguinte (ver Gráfico 4). Em resumo, a estabilização dos preços é uma conquista social caríssima, porém conquistada ao preço de sua própria vulnerabilidade (ERBER; CASSIOLATO, 1997).

Gráfico 4

Balança comercial brasileira, 1980-2002



Fonte: Banco Central do Brasil (2006).

- 8 É no começo dos anos 1990 que se festejava a reinserção do Brasil nos fluxos do mercado financeiro internacional. Esse dinheiro novo que agora passa a entrar no país se deve, entretanto, à queda nas taxas de crescimento econômico nos países desenvolvidos. Assim, em busca de valorização rápida, o fluxo de capitais especulativos internacionais se volta para os países de renda média, inundando alguns países do Terceiro Mundo com dinheiro novo. Esse movimento traz, não obstante, o problema da volatilidade desses recursos, dado o novo contexto global das finanças, baseado cada vez mais em aplicações especulativas de investidores internacionais em mercados locais. Em outras palavras, com a abertura financeira, passou a pairar constantemente o risco de uma crise cambial sobre países como o Brasil.
- 9 A valorização cambial deveu-se à entrada maciça de capitais voláteis sem nenhuma restrição por parte do Banco Central.

Assim, segundo Baltar (2003), com tantos problemas, o produto da indústria de transformação brasileira não cresceu ao longo da década de 1990, apresentando apenas uma oscilação. Viu-se, porém, que

[...] ocorreu uma expressiva mudança na composição desse produto, com a diminuição do peso dos bens de capital e o aumento da participação dos bens duráveis de consumo. Essa mudança na composição do produto industrial foi acompanhada de muita importação de produtos manufaturados, principalmente bens de capital e componentes dos bens duráveis de consumo, tendo ocorrido uma modernização do conjunto do aparelho de produção, principalmente de bens duráveis, com fortes implicações negativas sobre emprego e valor agregado na indústria de transformação (BALTAR, 2003, p. 116).

Ou seja, o resultado desse processo não esteve, portanto, apenas nos saldos negativos da balança comercial, problemáticos por si sós, mas no impacto direto sobre os índices de nacionalização da produção, apontado para o gravíssimo problema de fechamento de linhas de produção para trás nas cadeias produtivas e para o enrijecimento da pauta de importações, agora repleta de componentes de produtos eletrônicos.

Tantos senões pareciam aliviados após a desvalorização do real em 1999, quando se perceberam alguns movimentos em direção à retomada de saldos positivos na balança comercial e mesmo um readensamento de algumas cadeias produtivas. Com isso, o emprego também reagiu nas cidades, e o primeiro passo para a superação da armadilha aparentemente havia sido dado. Não obstante, restou a difusão propositada de um mito: a idéia de *confiança dos investidores* ou de *credibilidade internacional*.

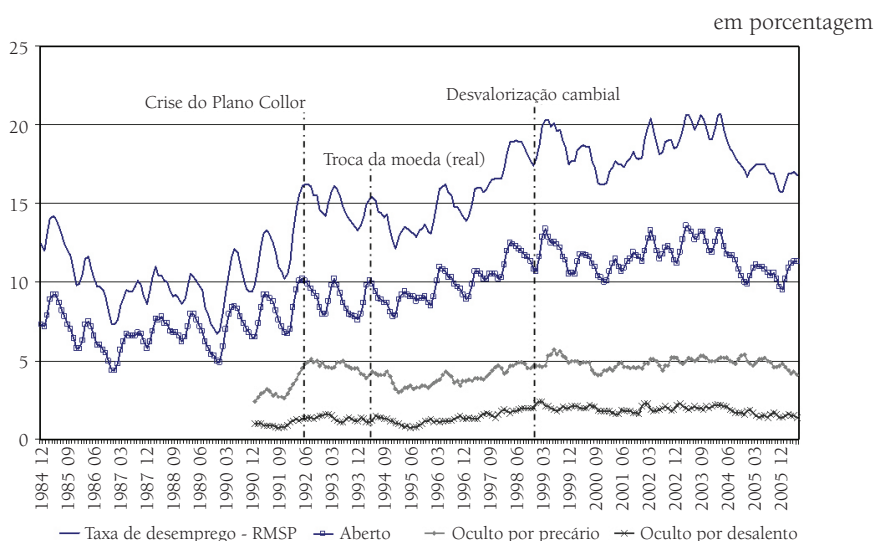
Sua tradução prática foi a adoção da âncora monetária baseada nas metas de inflação como *tour de force* da política econômica. Porém, esse mito, na verdade, escondia a formação de novo *pacto de poder* no Brasil, tão ou mais conservador que o anterior. A partir da sua adoção, as taxas de juros reais brasileiras tornaram-se imbatíveis em termos internacionais e o crescimento do país muito aquém do vivido por outras nações também periféricas. Pior, a manutenção da dívida pública interna, a grande dívida atual, ante juros tão elevados, tem guiado a política conservadora do governo na direção de superávits primários em torno 4,5% do PIB e, mesmo assim, insuficientes para pagar a conta anual de juros. Destarte, as taxas de crescimento econômico

brasileiro vêm repetindo os risíveis valores alcançados das duas décadas anteriores (1980 e 1990).

Há sim, porém, algo novo. Se o pacto político que vigia desde Getúlio Vargas sofreu nos 1980 um intenso processo de corrosão, agora há indicações de ter se reorganizado. Hoje, mais do que nunca, a riqueza parece não vir mais da produção e da geração de valor adicionado a cada etapa das cadeias produtivas, mas sim da circulação estéril de dinheiro no mundo financeiro. E tal movimento está disponível a qualquer capital líquido disponível, mesmo que este tenha de ser subtraído à esfera industrial. Dessa maneira, mesmo as elites ligadas à produção de bens e serviços não-financeiros usufruem também da enorme transferência de renda proporcionada pelo Estado endividado que paga, anualmente, volumes extraordinários de juros extraídos de recursos captados por uma carga tributária realmente elevada. É nesse ponto que parece assentar-se o novo pacto: na divisão entre as elites dos recursos que o Estado disponibiliza na forma de pagamento da dívida pública interna. Talvez um novo formato para um velho fato.

Gráfico 5

Taxa de desemprego total na região metropolitana de São Paulo, 1984-2005



Fonte: Ipeadata (19 jun. 2006), com base em dados da PED (Seade/Dieese).

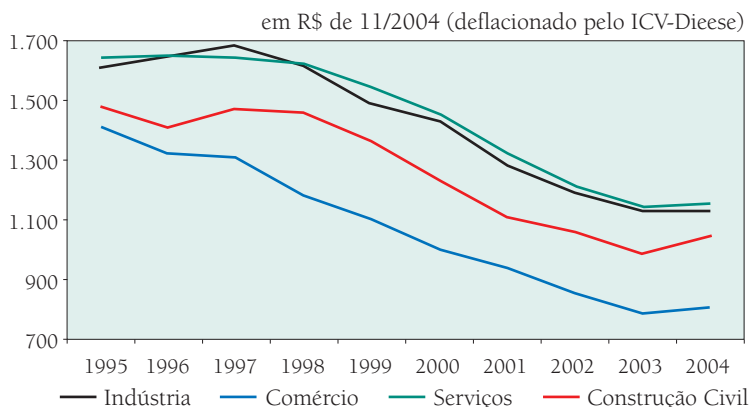
Naturalmente, isso tem um custo em investimento, desenvolvimento tecnológico, crescimento e manutenção de infra-estrutura e distribuição (indireta¹⁰) da renda. E pior, tem um custo ainda maior na geração de postos de trabalho e absorção em empregos tipicamente capitalistas dos jovens ingressantes no mercado de trabalho. Nesse mercado, o que aconteceu foi, nas palavras de Baltar (2003, p. 112),

uma desintegração das cadeias de produção e uma racionalização acentuada das empresas com baixa taxa de investimento e lento crescimento do produto [gerando um] efeito devastador sobre o mercado de trabalho assalariado, porque a forte eliminação de empregos preexistentes não é compensada pela criação de novos empregos.

Diante disso, fica fácil entender o movimento apresentado pelos rendimentos na década de 1990 e sua tênue recuperação em anos recentes quando a economia alcança uma melhor taxa de crescimento depois do tomo em 2003 e algumas cadeias produtivas parecem retomar alguns elos perdidos, readensando-se (ver Gráfico 6).

Gráfico 6

Rendimento médio real dos ocupados por setor de atividade, 1995-2004 (região metropolitana de São Paulo)



Fonte: Dieese/Seade. *PED – Mercado de trabalho RMSP 2004*, p. 7.

Disponível em: <<http://www.seade.gov.br/pedmv98/estudo/ano04/anual04.pdf>>.

Publicado em 2006.

10 Por meio de escolas, hospitais, financiamento cultural etc.

Está claro, portanto, que se trata de uma grande transformação na economia brasileira. Mas como toda essa transformação afetará as diferentes economias regionais? Mais precisamente, qual será seu impacto sobre a economia sul-mato-grossense? Qual será a sua evolução nos anos recentes? Esse é o assunto da próxima seção.

3

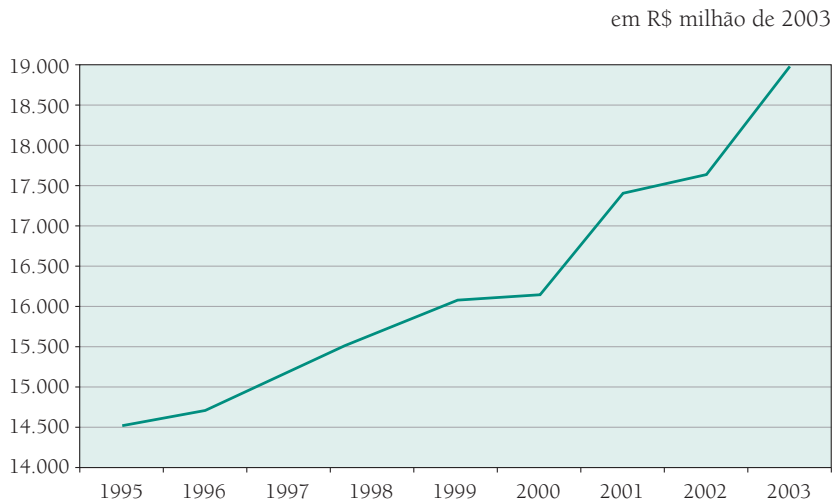
A MACROECONOMIA DE MATO GROSSO DO SUL NOS ANOS RECENTES

É natural esperar, quando se apresentam os números de uma nação, que todas as suas regiões sofram de maneira semelhante os mesmos problemas e os ganhos do país. Porém, não é novidade alguma que o Brasil possui uma enorme heterogeneidade regional, implicando áreas industrializadas e modernas e regiões onde parcela significativa da população vive da agricultura de subsistência. Outras regiões, porém, ainda que com predominância da atividade agrícola, apresentam forte dinamismo – em alguns momentos superior até aos números do país –, baseando-se para isso na agroindústria e nas exportações.

Esse último parece ser o caso do Estado de Mato Grosso do Sul. Seu vigor econômico fica claro quando se observa o Gráfico 7. Com base nele, é possível notar que as taxas de crescimento alcançadas pelo PIB estadual entre 1995 e 1998 alcançam uma média anual de 2,5%, enquanto o Centro-Oeste chega ao dobro desse valor e o Brasil não passa de mediócras 2,0%. Porém, a partir de 1999, percebe-se uma aceleração na curva do PIB sul-mato-grossense, e as posições se invertem: a economia do Estado passa a crescer a uma taxa média anual entre 1999 e 2003 igual a 3,9%, enquanto a região reduz seu crescimento para 3,7% e o país não vai além de sofríveis 1,8%.

Gráfico 7

Evolução do PIB do Estado de Mato Grosso do Sul, 1995-2003



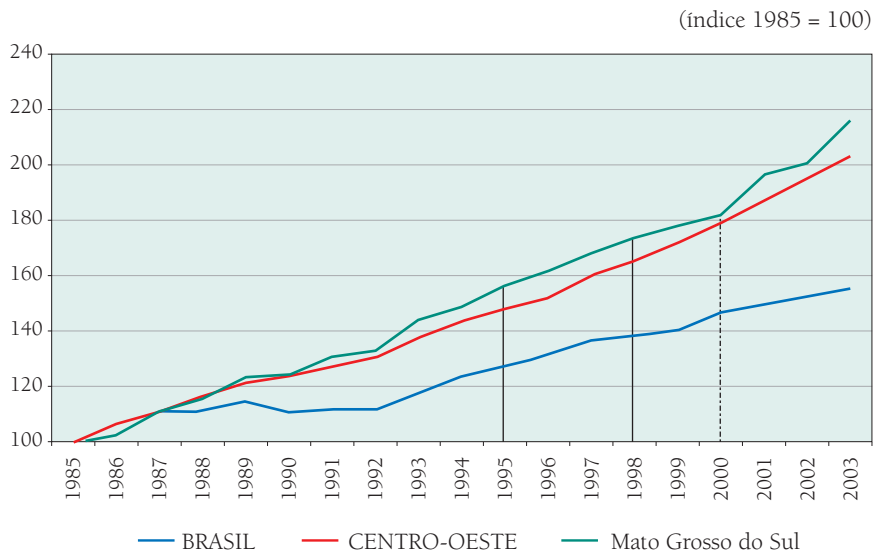
Fonte: Elaboração própria com base em dados do SCN/IBGE e Ipeadata, 2006.

Essa tendência fica ainda mais evidente quando os olhos recaem sobre o Gráfico 8. Nele está expressa a evolução do valor adicionado de Mato Grosso do Sul, da região Centro-Oeste e do Brasil¹¹. Vê-se que, de 1995 a 2000, o valor adicionado produzido pelo Estado, embora cresça, o faz a taxas ligeiramente menores do que a região alcança, permitindo uma aproximação das curvas. No entanto, a partir de 2000, a tendência sofre uma inflexão, e a economia sul-mato-grossense volta a crescer mais do que a região como um todo e do que o Brasil.

11 O valor adicionado de um país ou região equivale ao valor da renda produzida no local e, desse modo, a renda recebida pelos fatores de produção que trabalharam no período analisado. Para maiores esclarecimentos, ver IBGE, 2006. Sistema de Contas Nacionais.

Gráfico 8

Evolução do valor adicionado bruto, 1985-2003

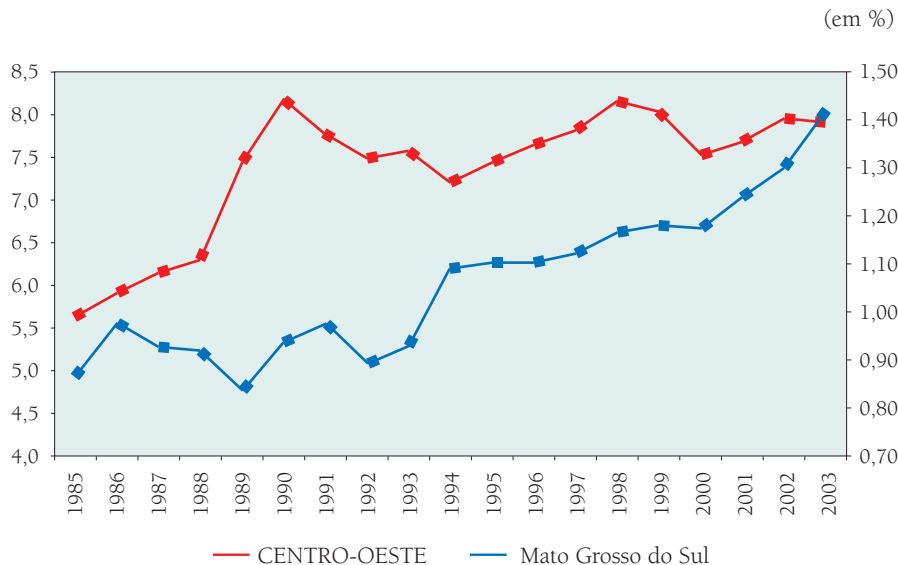


Fonte: IBGE-SCN. Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Contas Nacionais, 2006.

Tanto é assim que, analisando o Gráfico 9, fica claro que, de 1994 a 1998, a participação da região Centro-Oeste no PIB brasileiro cresceu acima do que foi visto para o Estado. Todavia, a partir de 1999, é o Estado de Mato Grosso do Sul que passa a crescer mais rapidamente na composição do PIB nacional, principalmente se os anos de análise partem de 2000.

Gráfico 9

Taxa de participação no valor adicionado bruto do Brasil, 1985-2003

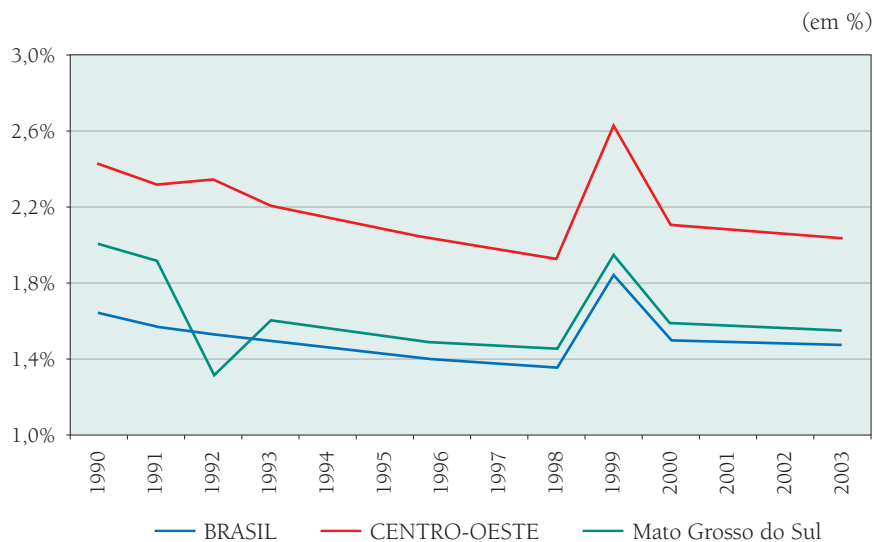


Fonte: IBGE-SCN. Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Contas Nacionais, 2006.

Naturalmente, as tendências apontadas anteriormente teriam de refletir-se sobre a renda *per capita* do Estado, reforçada, inclusive, pelo comportamento da população. A população sul-mato-grossense, como em todo território brasileiro, apresenta taxas declinantes de crescimento, mas é interessante notar que o faz de maneira sistematicamente abaixo da encontrada para região Centro-Oeste e pouco acima da encontrada para a população brasileira como um todo.

Gráfico 10

Taxa de crescimento da população, 1985-2003

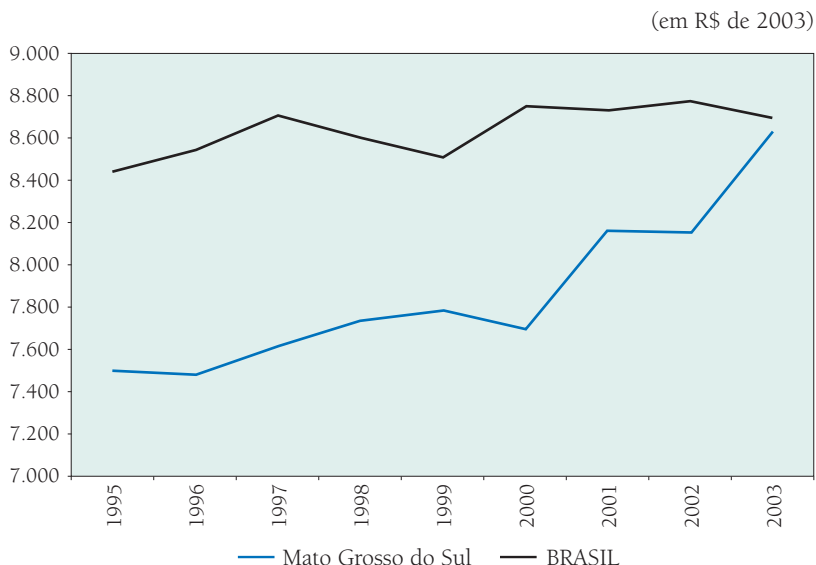


Fonte: IBGE. Diretoria de Pesquisas, Coordenação de População e Indicadores Sociais, 2006.

Esse movimento, quando se somam as tendências econômicas, explicam a aproximação entre a renda *per capita* do Estado e a brasileira, principalmente com a aceleração vista a partir de 2000 (ver Gráfico 11). Todo esse movimento, contudo, já chama a atenção para um fato que será analisado a seguir: o diferente comportamento da renda *per capita* do Estado de Mato Grosso do Sul em relação ao país como um todo. Enquanto no primeiro a tendência é claramente de crescimento, no país ela tem oscilado e não apresenta, de maneira nenhuma, um crescimento vigoroso.

Gráfico 11

Valor da renda *per capita*, 1995-2003



Fonte: Elaboração própria com base em dados do SCN/IBGE e Ipeadata, 2006.

Por que isso aconteceu? Para entender o processo, é preciso explorar o que se viu na primeira seção deste artigo. Ali foi discutido o comportamento da economia brasileira ante uma importante crise nos anos 1980 e perante graves transformações nos anos 1990. Situações que, portanto, mudaram a face da economia do país. Nesse ambiente, o Gráfico 12 é exatamente o reflexo setorial das grandes questões enfrentadas por governos e população.

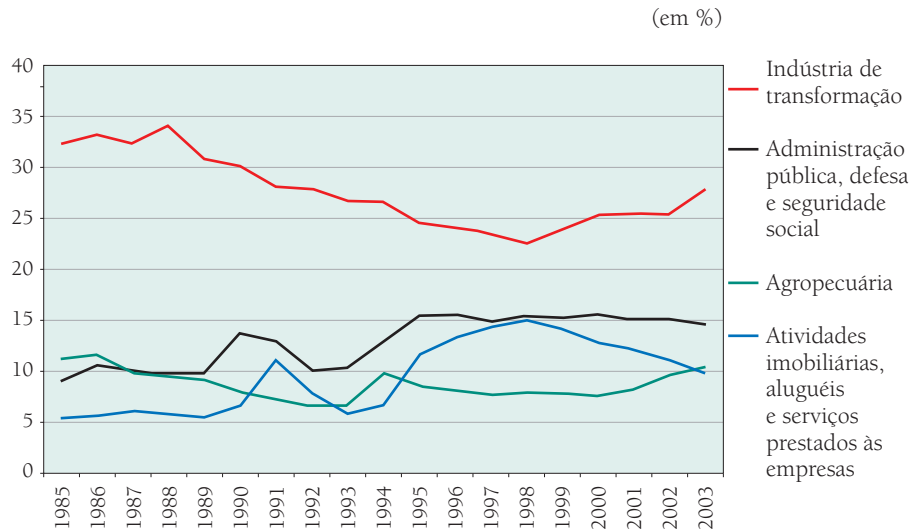
Nele é visível que o grande motor da economia brasileira até o início dos anos 1980, a indústria, sofre reveses e tem sua participação no PIB diminuindo desde 1989 e passa mais de dez anos em declínio. Primeiro, são as instabilidades políticas e econômicas, depois a recessão e abertura desbalanceada provocada na gestão do presidente Collor de Mello e, por fim, o Plano Real e a acentuação das reformas liberalizantes somadas ao câmbio supervalorizado. O problema é que a perda de dinamismo industrial afeta uma ampla cadeia de produtores, trazendo à tona o desadensamento de cadeias produtivas e o conseqüente fechamento de postos de trabalho, principalmente nas grandes cidades.

Os demais setores, passada a problemática gestão de Collor, recuperaram-se e seguiram caminhos diversos até a desvalorização cambial em 1999: os gastos públicos estabilizam em termos de geração do PIB, os serviços crescem e a agropecuária perde um pouco de espaço. Entretanto, como já afirmado na primeira seção, a partir da desvalorização cambial de 1999, o comportamento dos setores muda.

É fácil notar que o setor industrial volta a ter seu peso no PIB, crescendo, mas ainda longe dos valores de 1985. Quem perde espaço agora são os serviços, enquanto a produção de bens públicos permanece estável com uma ligeira queda. Mas é a agropecuária que, junto com a indústria do país, apresenta os melhores resultados. Sua reação, que se inicia provavelmente antes de 2000¹², já é clara em 2001, iniciando um novo ciclo de crescimento com geração de renda e divisas.

Gráfico 12

Participação das principais atividades no PIB do Brasil, 1985-2003



Fonte: IBGE-SCN. Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Contas Nacionais, 2006.

12 A reação começa antes por causa da temporalidade da agropecuária. A expansão de uma lavoura ou criação demanda tempo, por vezes longo, entre a plantação e a colheita.

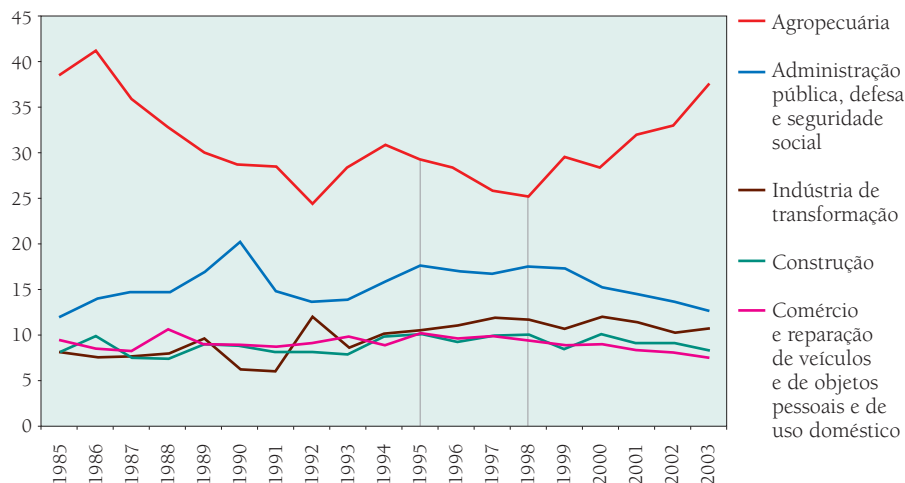
Quando se concentra a análise sobre o Estado de Mato Grosso do Sul, fica mais fácil compreender a diferença de comportamento de sua economia em relação ao resto país. Como veremos na próxima seção, a estrutura produtiva sul-mato-grossense tem na agropecuária sua principal atividade econômica, com a produção de bens públicos em segundo lugar. A indústria no Estado ocupa apenas a terceira posição em termos de contribuição para formação do PIB local. Portanto, é natural que os impactos da abertura econômica sobre a produção local não tenham a mesma força que tiveram sobre regiões industriais do país (ver Gráfico 13).

A razão dessa diferença está no fato de a agropecuária, e no caso do Estado de Mato Grosso do Sul, principalmente a agricultura, produzir bens sem beneficiá-los de maneira significativa, gerando *commodities* simples. Por causa disso, surge uma dependência significativa do comportamento do mercado internacional, tanto para preços como para escoamento dos produtos. Isso, em outras palavras, significa que a situação dessas atividades segue o comportamento da Bolsa de Chicago e não necessariamente as flutuações que marcam a economia nacional. Desse modo, vê-se nos Gráficos 12 e 13, por exemplo, que a agropecuária nacional e a sul-mato-grossense sofreram perdas importantes na segunda metade dos anos 1980, com alguma recuperação na primeira metade dos anos 1990, algo muito diferente da indústria de transformação.

É interessante notar que a atividade agropecuária em Mato Grosso do Sul já dá sinais de recuperação em 1999 e, a partir daí, cresce a taxas muito significativas, dando a impressão de que os demais setores da economia do Estado entraram em declínio. Isso não é verdade. Ao contrário, como veremos na próxima seção. Porém, o crescimento da agropecuária foi tão intenso que elevou em vários pontos percentuais sua participação no PIB estadual, roubando a posição de outros setores.

Gráfico 13

Participação das principais atividades no PIB do Estado de Mato Grosso do Sul, 1985-2003



Fonte: IBGE-SCN. Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Contas Nacionais, 2006.

O que se viu, portanto, foi que as mudanças econômicas surgidas principalmente nos anos 1990 não representaram, como nas regiões industriais do país, um desastre para a principal atividade econômica sul-mato-grossense. Isso deu, então, ao Estado um fôlego de crescimento, inclusive *per capita*, não acompanhado pelo país como um todo, levando-o, inclusive, a ganhar participação no valor adicionado brasileiro.

Desse modo, o fato de ter na agricultura sua atividade econômica mais importante, exatamente no momento em que as cadeias produtivas industriais sofriam significativo esvaziamento, foi uma vantagem interessante, mas nem por isso menos circunstancial ou perigosa em médio e longo prazos.

Convém, no entanto, deixar claro que, ao contrário do que se poderia imaginar, o momento de abertura econômica iniciado no começo dos 1990 não impactou direta, positiva ou significativamente a agricultura de exportação nacional. O processo de abertura comercial e financeira do país foi unilateral e não contemplou acordos internacionais que permitissem ao Brasil ocupar novos mercados e elevar sua exportação de *commodities* para países desenvolvidos. Desse modo, os ganhos da agropecuária, iniciados no fim dos anos

1990, foram resultados gerados muito mais por condições externas, isto é, preços mais altos, vinculadas a circunstâncias especiais do mercado internacional, do que a um projeto de política agrícola que contemplasse a entrada dos produtos brasileiros em novos países.

Essa observação, embora não diminua a importância do bom resultado alcançado, preocupa, pois os valores atuais podem não se sustentar por período prolongado, refletindo apenas uma conjuntura favorável de poucos anos.

Feita essa observação, é importante lembrar uma afirmação feita anteriormente: o resultado muito bom da agropecuária no Estado empanou outros bons resultados setoriais que precisam ser expostos. Esses bons resultados podem significar que a economia sul-mato-grossense está se tornando mais complexa, mais competitiva e, desse modo, capaz de reagir a problemas conjunturais na área agrícola. Estudar a estrutura produtiva do Estado é, por isso mesmo, o assunto da próxima seção.

4

A ESTRUTURA PRODUTIVA SUL-MATO-GROSSENSE E SEUS MOVIMENTOS

A estrutura econômica do Estado de Mato Grosso do Sul está, como já se sabe, marcada pela importância da atividade agropecuária. Tanto assim que, conforme se observa na Tabela 1, o setor é responsável por quase 40% do PIB estadual. No entanto, conforme veremos a seguir, outros setores começam a ganhar algum destaque na economia sul-mato-grossense, marcadamente a indústria de transformação.

Antes de aprofundar na análise da estrutura produtiva do Estado, cabe, no entanto, chamar a atenção para sua diferença em relação ao resto do país. Em primeiro lugar, salta aos olhos a troca de posições entre indústria e agropecuária em Mato Grosso do Sul e no Brasil. Isso, como se viu, teve consequências importantes para a evolução da economia do Estado nos anos recentes, principalmente em razão das reformas que foram tratadas na Seção 2 deste artigo. Outro fato interessante é reparar que, embora em posições diferentes, os setores mais importantes da economia brasileira e sul-mato-grossense são os mesmos, o que de certo modo aponta para o não-isolamento da economia local em relação ao país, até pelo contrário.

Tabela 1

Setores mais importantes na geração do PIB, 2003

Mato Grosso do Sul	Brasil
1. Agropecuária (37,6%)	1. Indústria de transformação (27,8%)
2. Administração pública, defesa e seguridade social (12,6%)	2. Administração pública, defesa e seguridade social (14,6%)
3. Indústria de transformação (10,8%)	3. Agropecuária (10,4%)
4. Construção (8,4%)	4. Atividades imobiliárias, aluguéis e serviços (9,7%)
5. Comércio e reparação (7,5%)	5. Comércio e reparação (7,0%)
6. Atividades imobiliárias, aluguéis e serviços (4,9%)	6. Construção (6,8%)
Total dos seis setores: 76,4%	Total dos seis setores: 81,7%

Fonte: Elaboração própria, com base nas contas regionais do IBGE, 2006.

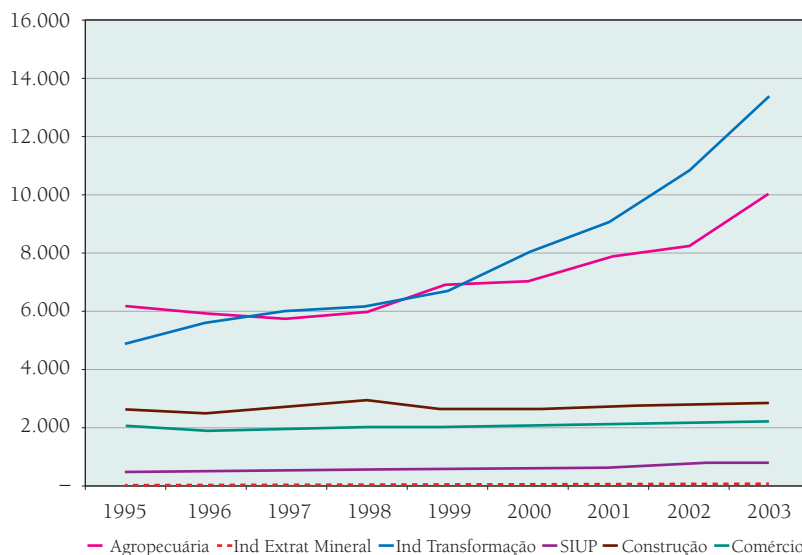
É, no entanto, olhando mais de perto os dados que algo muito importante sobressai à primeira vista: quando o assunto é a produção total (bens finais mais bens intermediários), é a indústria de transformação que ganhou, desde a década passada, a liderança na economia local (ver Gráfico 14). Em números, pode-se observar que a participação da produção industrial na soma do produto total do Estado saltou de 20,8% em 1995 para 34,7% em 2003. Um crescimento bastante forte por si, mas ainda mais importante quando se observa o que aconteceu em um momento em que a economia local como um todo também cresceu. Como apontado no Gráfico 14, a agropecuária também apresenta claro crescimento de sua produção, no entanto a participação da agropecuária no produto total do Estado ficou estável em torno de 26% entre os anos 1995 e 2003¹³. Em outras palavras, o crescimento da produção industrial sul-mato-grossense apresentou ritmo mais acelerado do que a expansão agropecuária.

13 Para outros números, inclusive para os setores que perderam participação na produção total, ver IBGE, Contas regionais, referência 2002.

Gráfico 14

Mato Grosso do Sul: produção por setores econômicos selecionados, 1995-2003

(em R\$ de 2003)



Fonte: Elaboração própria, com base nas contas regionais do IBGE, 2006 (utilizou-se o deflator implícito do PIB).

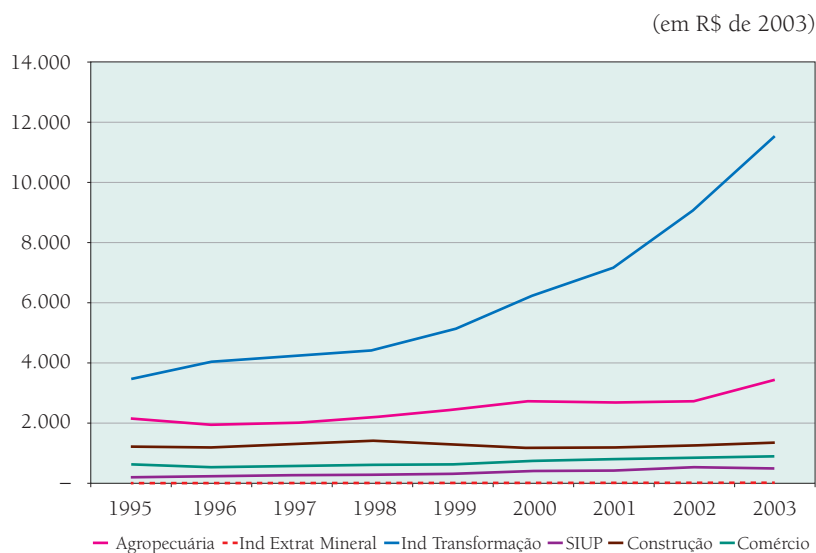
Como já foi apontado anteriormente, isso, no entanto, não quer dizer que o setor industrial tenha predominância, pois, mesmo com sua produção mais volumosa, seu valor adicionado produzido é significativamente menor do que o agropecuário. E o motivo é simples: seu consumo intermediário é também muito maior do que o encontrado em qualquer outro setor. Se a observação recair no período de recuperação da agricultura e da desvalorização cambial, fica evidente que o crescimento da produção industrial é acompanhado bem de perto por uma elevação *pari passo* do seu consumo de bens intermediários tanto em valor como em quantidade (ver Gráfico 15).

O mesmo não se pode dizer da agricultura, já que o valor de sua produção segue preços que sofrem influência direta das flutuações internacionais. Assim, uma elevação dos preços da soja no exterior (e parece ter sido o caso) aumenta sensivelmente o valor da produção agrícola, que, porém, utiliza insu-

mos produzidos internamente e, portanto, tem preços estáveis. Logo, o valor adicionado agrícola cresce mais rapidamente que o *quantum* de bens agrícolas produzidos. A prova disso é que a participação da agropecuária no consumo intermediário do Estado caiu de 21,8% em 1995 para 16,4% em 2003, mesmo com sua produção crescendo em termos absolutos e mantendo-se estável em termos de participação no produto total. Em contrapartida, é ao setor industrial que se deve o vigoroso aumento do consumo intermediário no Mato Grosso do Sul – estimado em 113,1% entre 1995 e 2003.

Gráfico 15

Mato Grosso do Sul: consumo intermediário por setores econômicos selecionados, 1995-2003



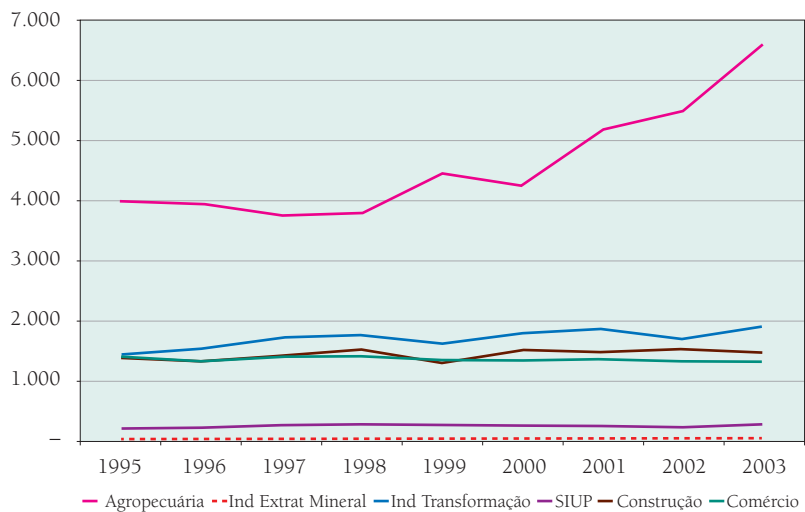
Fonte: Elaboração própria, com base nas contas regionais do IBGE, 2006 (utilizou-se o deflator implícito do PIB).

A consequência dos números apresentados anteriormente aparece no Gráfico 16: o setor agropecuário expande vigorosamente seu valor adicionado a partir de 2000, embora já dê sinais de recuperação em 1998.

Gráfico 16

Mato Grosso do Sul: valor adicionado por setores econômicos selecionados, 1995-2003

(em R\$ de 2003)

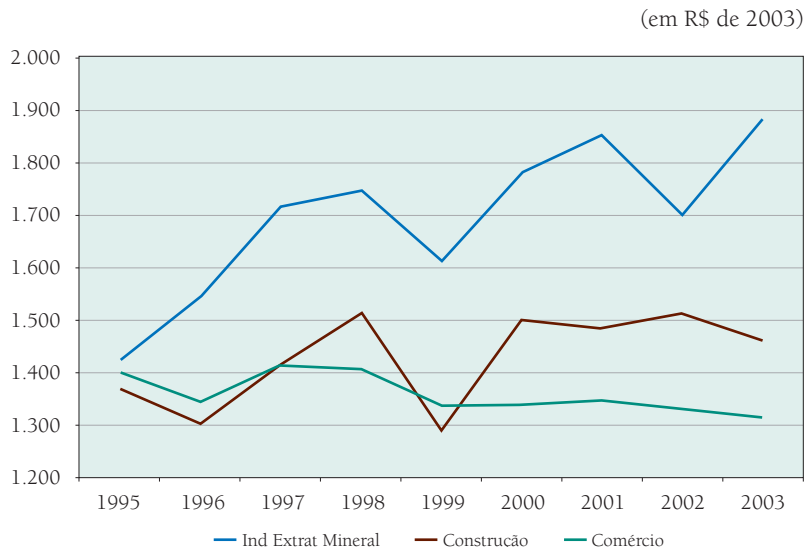


Fonte: Elaboração própria, com base nas contas regionais do IBGE, 2006 (utilizou-se o deflator implícito do PIB).

Quanto aos demais setores, o industrial é o único que também apresenta um crescimento um pouco mais vigoroso do seu valor adicionado (ver Gráfico 17). Os demais têm um crescimento lento ou apontam para oscilações.

Gráfico 17

Mato Grosso do Sul: valor adicionado por setores econômicos selecionados, 1995-2003



Fonte: Elaboração própria, com base nas contas regionais do IBGE, 2006 (utilizou-se o deflator implícito do PIB).

As discussões feitas anteriormente são confirmadas quando se observa o Gráfico 18, no qual é possível identificar a evolução dos principais setores da economia sul-mato-grossense. Nesse gráfico, fica evidente, por exemplo, o crescimento importante da agropecuária estadual, muito embora esse movimento esteja abaixo dos valores da Região Centro-Oeste. Em compensação, e talvez até mais alvissareiro para a economia, o emprego e o futuro do Estado, quando se analisa a indústria de transformação, esta surge ganhando espaço no Estado e o faz crescendo a uma taxa superior a do país e da região natural, principalmente depois da desvalorização cambial de 1999. E por que esse crescimento merece essa consideração?

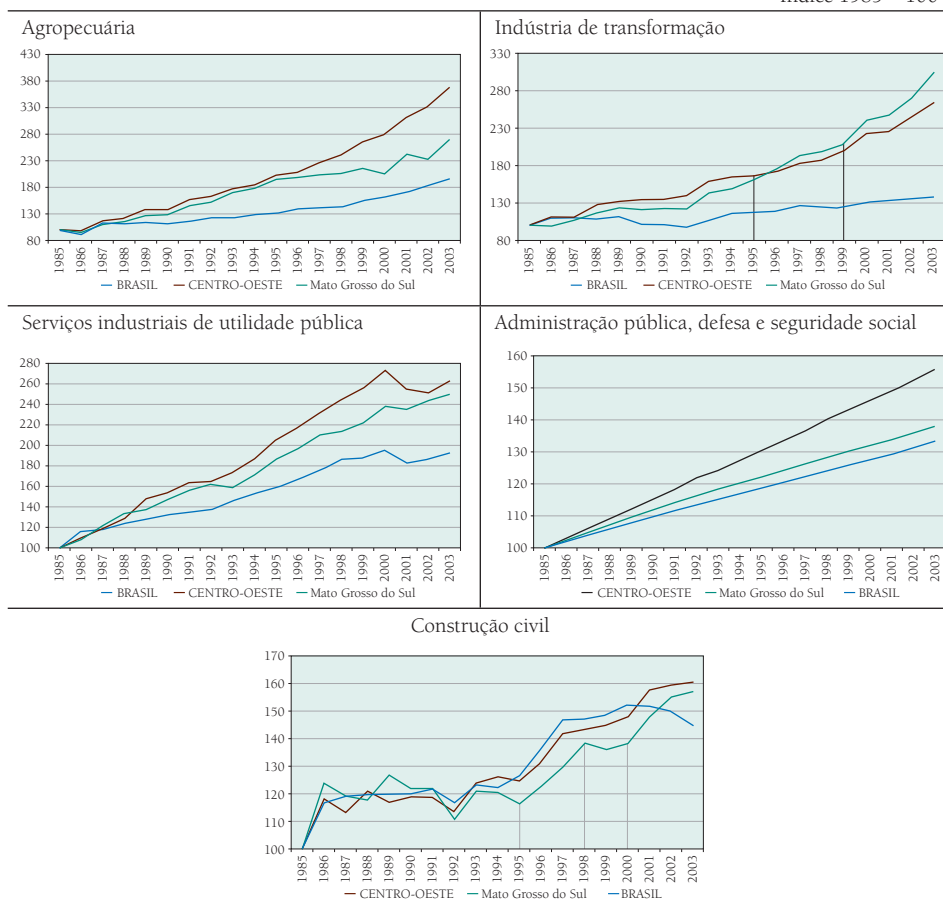
Por um motivo muito importante: a indústria é o setor de atividade cuja cadeia de produção apresenta-se mais longa, isto é, antes de chegar ao produto final, um bem industrial sofre uma série longa de transformações que vai da matéria-prima até sua disposição na prateleira do supermercado. Isso implica vários pontos positivos em termos econômicos, pois quanto maior a cadeia, maior o número de empregos gerados, maior o volume de recursos em circulação, maior valor agregado por produto, maior arrecadação fiscal e, não menos

importante, maior aprendizagem e disseminação de tecnologia. Assim, quando o Estado de Mato Grosso do Sul apresenta, principalmente a partir do ano 2000, uma aceleração do seu crescimento industrial, acima do país e da região natural, verificam-se uma mudança e um aumento da complexidade da economia estadual e, desse modo, uma diminuição da dependência do progresso econômico da região em relação aos preços internacionais de *commodities*.

Gráfico 18

Mato Grosso do Sul: evolução do valor adicionado por setores selecionados, 1985-2003

Índice 1985 = 100



Fonte: IBGE-SCN, 2006. Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Contas Nacionais.

Essa tendência, no entanto, sofreu com o modelo de política econômica instituída pelo governo federal até 2003. Sob ela, a indústria brasileira, como já foi visto, apresentou um crescimento sofrível, com fechamento de portas e desadensamento de cadeias produtivas. Nesse sentido, parece bastante salutar o crescimento da indústria de transformação experimentado pelo Estado de Mato Grosso do Sul, a ponto de, inclusive, ser importante planejar uma ação estadual de longo prazo que permita sua ampliação e consolidação.

5

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Toda a discussão apresentada neste artigo aponta para alguns fenômenos que, quando olhados apenas pelo lado dos agregados nacionais, passam tranquilamente despercebidos. Movimentos diferentes da economia nacional e regional, embora não sejam novidades no Brasil, parecem ter sido esquecidos desde o início da crise dos anos 1980. Ali, quando se perdeu a idéia de longo prazo e a pequena parte da elite que ainda pensava em projeto nacional perdeu espaço, a política macroeconômica deixou de visar à construção de um país para concentrar-se na estabilidade de preços, e as políticas regionais foram completamente negligenciadas.

Hoje, quando se retoma a discussão do futuro do Brasil e se olha para os programas de desenvolvimento local, percebe-se que poucos ultrapassam o círculo do incentivo fiscal mal planejado e ajudas microeconômicas de impacto bastante limitado. Tem-se a impressão de que havia (e talvez ainda haja) uma sensação de impotência nas autoridades locais em relação ao cenário nacional. Para essas autoridades, aparentemente, se o crescimento econômico, mesmo que de pequeno fôlego, fosse alcançado, já estaria concretizada uma conquista.

Se os principais instrumentos de política econômica, assim como os preços-chave, estão sob cuidado das autoridades e dos órgãos pertencentes à União, e, por isso, os demais entes federativos (Estados e municípios) têm pouca margem para agir, isso nunca significou que as portas ao desenvolvimento estivessem fechadas.

Logo, não havia lembrança do que um dia chamou-se planejamento econômico e *expertise* dos homens de governo para pensar o futuro de toda uma

região. O mundo do “curto-prazista” imperava impávido sob o olhar amedrontado e suplicante de uma população acuada ante os 25 anos de baixo crescimento econômico.

Se o Estado de Mato Grosso do Sul, por questões singulares relacionadas à forma de sua inserção na economia nacional, logrou bons resultados nos conturbados anos 1990, foi porque, mesmo fora do seu controle, trilhou um caminho de menor resistência que contornou as restrições impostas pelo cenário interno. Todavia, a ausência de um plano de longo prazo para a produção e geração de renda local não permitiu que a boa fase se tornasse o estopim de um ciclo virtuoso de crescimento e desenvolvimento econômico. A agricultura local “surfou” a onda dos preços internacionais elevados e puxou o restante das atividades do Estado. Mas passada a onda, nada garante, nem ação, nem plano, nem cenário, que o crescimento diferenciado de Mato Grosso do Sul se mantenha.

É esse o sentido do alerta que este estudo traz. Mais do que perceber as diferenças regionais e as dinâmicas díspares entre economia local e nacional, é fundamental deixar clara a necessidade de retomar o planejamento econômico – mesmo que regional – como forma de superar entraves nacionais, aproveitar as oportunidades fugazes que se abrem e fecham todo o tempo e garantir que essas oportunidades serão mais do que um pequeno e curto ciclo de bons resultados. É preciso criar competência estatal, diálogo com a sociedade organizada e liderar (mais do que buscar estabelecer um quase impossível consenso) um movimento de construção de uma economia e de um país que mais do que sonhado já é uma necessidade brasileira.

Se as resistências surgirem (e naturalmente surgirão), significa que provavelmente se está no caminho certo, vencendo a inércia e a força dos grupos que hoje se beneficiam da pobreza e da desigualdade nacionais.

Anexo

Tabela A.1

Mato Grosso do Sul: participação das atividades no valor adicionado, 1985-2003

	1985	1986	1987	1988	1989	1990	1991	1992	1993	1994	1995	1996	1997	1998	1999	2000	2001	2002	2003
Total	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00
Agropecuária	38,56	41,34	36,03	32,85	30,04	28,74	28,52	24,31	28,54	30,92	29,26	28,23	25,88	25,24	29,55	28,42	32,03	33,17	37,59
Administração pública, defesa e segurança social	11,92	13,93	14,71	14,62	16,96	20,26	14,81	13,74	13,92	15,86	17,60	17,06	16,82	17,52	17,42	15,28	14,54	13,66	12,61
Indústria de transformação	8,16	7,58	7,67	7,95	9,55	6,24	6,08	12,09	8,61	10,09	10,43	11,08	11,86	11,66	10,74	11,96	11,50	10,32	10,76
Construção	8,13	9,92	7,55	7,48	9,02	8,78	8,18	8,15	7,98	9,87	10,03	9,36	9,78	10,10	8,59	10,08	9,22	9,18	8,35
Comércio e reparação de veículos e de objetos pessoais e de uso doméstico	9,39	8,60	8,27	10,50	8,98	9,04	8,68	9,10	9,76	8,90	10,27	9,64	9,78	9,38	8,91	8,99	8,36	8,08	7,51
Atividades imobiliárias, alugueis e serviços prestados às empresas	5,21	4,23	7,33	6,64	4,80	7,21	11,72	6,21	3,89	3,85	5,14	6,62	6,89	7,06	6,39	6,01	5,75	5,60	4,89
Intermediação financeira	6,87	3,54	7,06	7,06	7,24	6,18	6,66	10,67	12,30	6,88	2,94	2,60	3,26	3,37	3,02	2,88	3,08	4,90	3,78
Outros serviços coletivos, sociais e pessoais	0,76	0,73	0,77	0,85	1,01	2,02	2,53	2,50	2,44	2,19	2,28	2,41	2,59	2,51	2,46	2,54	2,47	2,54	2,48
Transportes e armazenagem	4,12	4,12	3,30	4,02	4,71	3,96	4,35	3,94	3,49	2,99	2,55	2,50	2,62	2,68	2,66	2,91	2,82	2,64	2,44
Comunicações	0,97	0,92	0,96	1,25	1,26	1,14	1,21	1,46	1,63	1,27	1,24	1,69	1,56	1,93	2,05	2,55	2,52	2,56	2,43
Saúde e educação mercantis	2,47	2,12	2,99	2,99	2,68	2,76	3,44	4,00	3,16	3,02	3,27	3,81	3,75	3,29	3,08	3,18	2,79	2,67	2,32
Alojamento e alimentação	1,30	1,14	1,21	1,43	1,42	1,32	1,46	1,50	1,55	1,81	2,63	2,44	2,49	2,44	2,40	2,49	2,31	2,19	2,00
Eleticidade, gás e água	0,93	0,77	1,30	1,46	1,41	1,57	1,58	1,49	1,93	1,56	1,54	1,63	1,77	1,78	1,70	1,65	1,57	1,41	1,69
Serviços domésticos	0,82	0,78	0,61	0,70	0,73	0,56	0,59	0,69	0,65	0,55	0,57	0,72	0,72	0,76	0,79	0,81	0,83	0,83	0,86
Indústria extrativa mineral	0,38	0,30	0,22	0,20	0,18	0,23	0,16	0,16	0,16	0,27	0,23	0,21	0,25	0,26	0,24	0,27	0,23	0,26	0,30

Fonte: IBGE-SCN, 2006. Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Contas Nacionais.

Tabela A.2

Evolução do valor adicionado por atividade econômica selecionada, 1985-2003

	1985	1986	1987	1988	1989	1990	1991	1992	1993	1994	1995	1996	1997	1998	1999	2000	2001	2002	2003	
Agrícola																				
CENTRO-OESTE	100	98,05	115,87	121,57	137,59	139,05	155,83	162,82	177,66	184,64	202,78	208,68	226,64	241,63	265,07	278,73	310,73	331,47	367,62	
Mato Grosso do Sul	100	95,07	109,66	115,23	126,35	127,95	145,84	151,30	169,74	178,22	194,63	199,34	204,06	206,02	215,23	204,73	242,04	232,19	289,61	
BRASIL	100	91,57	113,50	111,37	113,89	110,75	115,00	122,09	121,96	128,70	131,03	138,34	140,85	143,17	153,89	161,30	170,49	182,31	195,83	
Extrativa mineral																				
CENTRO-OESTE	100	109,73	88,42	93,85	124,37	145,47	135,71	135,96	158,93	146,14	127,60	130,43	130,80	138,81	135,63	144,93	130,60	141,70	147,45	
Mato Grosso do Sul	100	105,94	121,46	134,70	125,57	137,90	146,12	152,97	180,37	197,26	189,50	199,39	209,80	234,80	186,97	202,45	193,85	250,88	267,09	
BRASIL	100	104,62	104,19	104,94	109,02	113,77	112,08	111,47	115,13	121,57	126,56	137,12	147,08	164,26	176,49	200,45	207,59	231,87	237,56	
Indústria de transformação																				
CENTRO-OESTE	100	111,58	111,61	127,86	132,31	133,84	135,33	140,18	159,08	164,54	166,41	172,52	182,77	187,13	200,62	223,31	225,89	245,24	264,25	
Mato Grosso do Sul	100	98,94	106,81	116,52	123,17	121,75	122,66	122,17	143,35	149,27	161,13	175,38	193,69	198,82	208,91	240,65	247,73	270,37	305,48	
BRASIL	100	109,68	110,66	108,99	112,12	102,23	100,74	98,24	106,82	115,96	117,61	119,51	126,26	123,88	123,16	130,78	132,78	135,30	137,87	
Serviços industriais de utilidade pública																				
CENTRO-OESTE	100	109,91	118,86	128,69	147,76	153,84	163,79	165,22	173,76	187,01	205,48	218,19	231,55	244,68	255,93	273,45	254,52	251,11	262,96	
Mato Grosso do Sul	100	108,03	121,35	133,35	137,61	147,20	156,44	162,59	158,63	171,39	187,06	196,61	210,49	214,18	221,66	237,95	234,96	243,97	249,58	
BRASIL	100	115,72	117,72	123,41	128,11	132,51	134,93	137,69	145,67	153,05	158,88	167,05	175,67	186,64	187,85	194,74	182,76	186,47	192,51	
Construção civil																				
CENTRO-OESTE	100	118,26	113,12	120,81	116,98	118,62	118,51	113,25	123,67	126,15	124,66	131,37	141,67	143,30	144,71	147,61	157,20	159,26	160,21	
Mato Grosso do Sul	100	123,79	119,23	117,74	126,55	121,80	121,84	110,61	120,83	120,29	116,40	122,66	129,58	138,26	135,91	138,03	147,54	154,79	156,68	
BRASIL	100	116,67	119,08	119,45	119,44	119,83	121,47	116,63	123,20	122,25	126,34	136,09	146,46	147,01	148,42	152,03	151,55	149,59	144,58	
Comércio e reparos																				
CENTRO-OESTE	100	114,06	109,82	115,87	118,07	119,35	116,64	125,19	136,38	155,36	144,80	146,07	151,58	155,91	162,07	170,44	183,34	192,46	194,20	
Mato Grosso do Sul	100	106,71	113,41	112,61	119,58	127,68	119,93	127,68	136,54	137,00	134,33	139,45	147,24	155,80	158,10	164,89	172,76	179,12	170,94	
BRASIL	100	108,15	105,57	111,31	113,23	113,97	114,59	114,06	126,17	133,00	139,55	144,24	147,22	142,04	142,71	148,79	152,61	154,11	155,32	

Fonte: IBGE-SCN, 2006. Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Contas Nacionais.

Referências

- ALBAN, M. *Crescimento sem emprego*. Salvador: Casa da Qualidade, 1999.
- BACHA, E. O Plano Real: uma avaliação. In: MERCADANTE, A. (Org.). *O Brasil pós-Real: a política econômica em debate*. Campinas: Instituto de Economia da Unicamp, 1997.
- BALTAR, P. Estrutura econômica e emprego urbano na década de 1990. In: PRONI, M.; HENRIQUE, W. *Trabalho, mercado e sociedade: o Brasil nos anos 90*. São Paulo: Editora Unesp; Instituto de Economia da Unicamp, 2003.
- BANCO CENTRAL DO BRASIL. Disponível em <<http://www4.bcb.gov.br/?SERIESTEMP>>. Acesso em: 4 jun. 2006.
- BARROS, L. C. M. de; GOLDENSTEIN, L. Avaliação do processo de reestruturação industrial brasileiro. *Revista de Economia Política*, v. 17, n. 2, p. 11-31, abr./jun. 1997.
- BATISTA Jr., P. N. Dolarização, âncora cambial e reservas Internacionais. *Revista de Economia Política*, v. 13, n. 3, p. 5-20, jul./set. 1993.
- _____. O Plano Real à luz da experiência mexicana e argentina. *Estudos Avançados*, v. 10, n. 28, p. 129-197, set./dez. 1996.
- CARNEIRO, D. Crise e esperança: 1974-1980. In: ABREU, M. P. (Org.). *A ordem do progresso: cem anos de política econômica republicana 1889-1989*. Rio de Janeiro: Campus, 1992.
- CHESNAIS, F. *A mundialização do capital*. São Paulo: Xamã, 1996.
- COUTINHO, L. A terceira revolução industrial e tecnológica: as grandes tendências de mudança. *Economia e Sociedade*, n. 1, p. 69-87, ago. 1992.
- _____. A especialização regressiva: um balanço do desempenho industrial pós-estabilização. In: VELLOSO, J. P. R. (Org.). *Brasil: desafios de um país em transformação*. São Paulo: José Olympio, 1997.
- DATHEIN, R. *Brasil: vinte e cinco anos de estagnação econômica*. In: XI ENCONTRO NACIONAL DE ECONOMIA POLÍTICA, 2006. Vitória: SEP, 2006.
- ERBER, F. *Mudanças estruturais na política industrial*. Brasília: Ipea, 1992.
- ERBER, F. S.; CASSIOLATO, J. E. Política industrial: teoria e prática no Brasil e na OCDE. *Revista de Economia Política*, v. 17, n. 2, p. 32-60, abr./jun. 1997.
- FILGUEIRAS, L. *História do Plano Real*. São Paulo: Boitempo, 2000.
- FIORI, J. L. Sobre a crise do Estado brasileiro. *Revista de Economia Política*, v. 9, n. 3, p. 103-114, jul./set. 1989.
- _____. Reforma ou sucata: o dilema estratégico do setor público brasileiro. *Iesp/Fundap*, n. 4, nov. 1991. (Texto para discussão).

FIORI, J. L. *Os moedeiros falsos*. Petrópolis: Vozes, 1997.

FURTADO, C. *Brasil: a construção interrompida*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

IBGE. *Contas nacionais*. Banco de dados. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/economia/contasnacionais/referencia2000/2004_2005/default.shtm>. Acesso em: 5 jun. 2006.

IBGE. *Contas regionais*. Banco de dados. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/economia/contasregionais/2002_2005/default.shtm>. Acesso em: 4 jun. 2006.

IPEADATA. Banco de dados econômicos e sociais. Disponível em: <<http://www.ipea.gov.br/ipeadata>>.

PAULANI, L. M. *Teoria da inflação inercial*: um episódio singular na história da ciência econômica no Brasil? In: LOUREIRO, M. R. (Org.). *50 anos de ciência econômica no Brasil*. Petrópolis: Vozes, 1997.

POCHMANN, M. *A década dos mitos*. São Paulo: Contexto, 2001.

POCHMANN, M.; BLANES, D.; AMORIM, R. L. C. *Inclusão social*: uma utopia possível. São Paulo: Cortez, 2006.

PRADO, S. *Processo de privatização no Brasil*: a experiência dos anos 1990-1992. São Paulo: Iesp, 1993.

REGO, J. (Org.). *Inflação inercial, teorias sobre a inflação e o Plano Cruzado*. São Paulo: Paz e Terra, 1986.

RESENDE, A. L. O Conselho da Moeda: um órgão emissor independente. *Revista de Economia Política*, v. 12, n. 4, p. 113-120, out./dez. 1992.

TAVARES, M. C. A economia política do Real. In: MERCADANTE, A. (Org.). *O Brasil pós-Real*: a política econômica em debate. Campinas: Instituto de Economia da Unicamp, 1997.

TEIXEIRA, A. *O ajuste impossível*. 1993. Tese (Doutorado)–Instituto de Economia, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1993.